

Companhia Campolarguense de Energia – Cocel

Relatório Anual das Demonstrações Contábeis Societárias

2022

Relatório da Administração - 2022

Senhores Acionistas,

Atendendo as disposições legais e estatutárias, a Administração da Companhia Campolarguense de Energia - Cocel submete à apreciação dos senhores o relatório das principais atividades referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, em conjunto com as demonstrações contábeis elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira, acrescidas do Balanço Social e da Demonstração do Fluxo de Caixa, com os devidos pareceres dos auditores independentes, dos Conselhos Fiscal e de Administração, os quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da nossa empresa para a sociedade, parceiros, investidores e consumidores.

A Companhia Campolarguense de Energia – Cocel, fundada em 05 de março de 1968, é uma sociedade de economia mista, inscrita no CNPJ sob o número 75.805.895/0001-30, de capital fechado, controlada pelo Governo Municipal de Campo Largo, regendo-se de acordo com a Lei nº 6.404 de 15/12/76 e pela Lei Municipal nº 106/67 de 05/12/1967, tendo como principal atividade o serviço público de distribuição de energia elétrica no Município de Campo Largo, Estado do Paraná, conforme Contrato de Concessão nº 27/99 – ANEEL.

CARTA DO PRESIDENTE

Em 2022 mudanças na legislação proporcionaram aos consumidores da Cocel redução nas tarifas de energia e também redução na alíquota do ICMS, o imposto que tem impacto mais significativo no valor final da tarifa. Desde fevereiro de 2022, todas as tarifas da Cocel são iguais ou menores que as aplicadas por outras concessionárias do Paraná - uma vitória para todos os consumidores da Companhia! O fim da crise hídrica e da cobrança da bandeira tarifária de escassez hídrica também foram destaques durante o ano, assim como a consolidação da regulamentação da geração distribuída.

A Resolução Normativa ANEEL 1000/2021 apresentou novos desafios e oportunidades à Companhia, que trabalha para garantir a excelência no atendimento a seus consumidores e para isso conta com a dedicação de sua equipe.

Cordialmente,

José Arlindo Lemos Chemin

Diretor Presidente

A EMPRESA

Missão: Distribuir energia elétrica com segurança e qualidade, para o desenvolvimento e bem estar das comunidades atendidas, agregando valor para os clientes, colaboradores e acionistas.

Visão: Ser reconhecida pelos clientes pela excelência dos serviços de distribuição de energia elétrica à sociedade.

Política da Qualidade: Atender às diretrizes da Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel, otimizando os serviços prestados para a satisfação dos consumidores internos e externos, melhorando continuamente e garantindo tratamento adequado às reclamações. (ISO 9.001/ 10.002)

Organização e Gestão: A Companhia Campolarguense de Energia - Cocel, fundada em 05 de Março de 1968, é uma Sociedade de Economia Mista, de capital fechado, controlada pelo Governo Municipal de Campo Largo, o qual detém 99,6% do seu Capital Social. É regulada pela Lei 6404/76 das Sociedades Anônimas com alterações das Leis nº 11.638/2007 e nº 11.941/2009. É uma empresa concessionária de serviço público de energia elétrica, sendo sua

concessão estabelecida pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Em 2015, a Cocel renovou seu Contrato de Concessão de Energia Elétrica por 30 anos, assinando o Quinto Termo Aditivo em 09/12/2015. O Decreto nº 8.461, de 02/06/2015, regulamentou a prorrogação das concessões de distribuição de energia elétrica de que trata o art. 7º da Lei nº 12.783, de 11/01/2013, prevendo indicadores de eficiência observados pela concessionária pelo período de cinco anos contados a partir de 1º de janeiro de 2016. O Capital social realizado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 50 milhões, representado por 500.000.000 (quinhentos milhões) de ações ordinárias sem valor nominal. A composição acionária dos principais acionistas encontra-se discriminada na tabela abaixo:

	2022	2021
Prefeitura Municipal de Campo Largo	498.068.997	498.068.997
Demais Acionistas	1.931.003	1.931.003
Total	500.000.000	500.000.000

AUDITORIA EXTERNA

A Cocel tem como contratada a empresa Bazzaneze Auditores Independentes S/S - EPP para a prestação de serviços de auditoria das demonstrações contábeis.

ESTRUTURA E AMBIENTE DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Abrangência da área de concessão: A concessionária distribui energia elétrica em todo Município de Campo Largo, Estado do Paraná, que abrange uma população de 144.165 habitantes (conforme estimativa do IBGE 2022) e área de 1.244 km².

Atendimento aos consumidores: No ano de 2022 foi notável que os consumidores da Cocel estão se tornando cada vez mais digitais. A expansão dos tipos de serviços que podem ser solicitados por meios digitais, desde o período da pandemia, fez com que o consumidor usasse da tecnologia para poupar tempo e poder realizar as solicitações sem precisar sair de casa.

Foram registrados neste ano 342.662 protocolos de atendimento – 9,30% a mais que no ano anterior. Destes protocolos 68% foram realizados apenas nos canais virtuais. Em comparação com o ano anterior, houve um aumento de 16,60%.

Entre as solicitações mais frequentes, estão os pedidos de segunda via da conta de luz, pedidos de religação por corte, informação sobre falta de energia, pedidos de ligação nova e troca de titularidade.

Além disso, foram realizados 628 atendimentos itinerantes no interior do município.

A Cocel disponibiliza sete canais de atendimento a seus consumidores:

- Presencial: realizado na sede da Companhia, de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h30;
- Teleatendimento: ligação gratuita para 0800-7262121 (atendimento 24 horas todos os dias da semana) – A partir de 2023.
- Agência Virtual: disponível no site www.cocel.com.br;
- Aplicativo COCEL MOBILE: gratuito e disponível para sistemas operacionais Android e iOS;
- E-mail: atendimento@cocel.com.br – serviço disponível 24 horas por dia e respondido em horário comercial;
- SMS: para informar falta de energia basta enviar mensagem de celular para (41) 99106-9146 – serviço disponível 24 horas por dia.
- WhatsApp – (41)99123-2121.

Vale ressaltar que todos os processos da companhia são padronizados e o treinamento de equipes é contínuo, proporcionando mais agilidade no atendimento, minimizando o risco de erros e garantindo isonomia no tratamento a todos os consumidores.

Agentes arrecadadores: A fim de facilitar o pagamento das faturas de energia elétrica, a Cocel conta com 25 agentes arrecadadores conveniados e contratados como lotéricas, e outros estabelecimentos comerciais que atuam como correspondentes bancários distribuídos em todas as regiões do município.

Ouvidoria: A Ouvidoria tem o objetivo de buscar a satisfação dos consumidores, fiscalizar o cumprimento da regulamentação vigente e ainda ser um canal de comunicação entre a concessionária e a ANEEL. Em 2022 a Ouvidoria tratou 94 manifestações de consumidores, entre solicitações de informações, denúncias, elogios, sugestões e

reclamações. A Ouvidoria é parte integrante do Sistema de Gestão da Qualidade – tem seus processos padronizados e auditados conforme Sistema ISO 9001:2015 e suas atividades são regulamentadas pela Resolução ANEEL 1000/2021.

ASPECTOS OPERACIONAIS

Número de Consumidores: O ano de 2022 encerrou com o total de 56.258 unidades consumidoras. O número de unidades consumidoras cresceu 2,1% em relação ao ano anterior. Destaque para a classe de consumo residencial, que representa 87,2% do número total de consumidores.

Classe de consumo	2022	2021	Variação (%)	Participação (%)
Residencial	50.081	48.980	2,3	89,0
Industrial	343	368	(6,8)	0,6
Comercial	3.746	3.602	1,0	6,7
Rural	1.700	1.760	(3,4)	3,0
Poder Público	320	319	0,3	0,6
Iluminação Pública	1	1	-	-
Serviço Público	64	65	(1,5)	0,1
Consumo Próprio	3	3	-	-
TOTAL	56.258	55.098	2,1	100,0

Receita Bruta da Venda de Energia Elétrica – faturada (R\$):

O faturamento bruto de energia elétrica apresentou um decréscimo de 14,9%, passando de R\$ 173.265.164,28 em 2021 para R\$ 147.444.755,95 em 2022. Reflexo do fim da cobrança de Bandeira de escassez hídrica a partir de abril de 2022 o que representava acréscimo acima de 20% sobre o valor da tarifa aplicada pela Cocel.

Classe	2022	2021	Variação (%)	Participação (%)
Residencial	72.376	85.443	(15,3)	49,1
Industrial	26.841	35.310	(24,0)	18,2
Comercial	30.448	32.719	(6,9)	20,6
Rural	4.175	4.850	(13,9)	2,8
Poder Público	2.910	2.809	3,6	2,0
Iluminação Pública	5.712	7.243	(21,1)	3,9
Serviço Público	4.983	4.891	1,9	3,4
TOTAL	147.445	173.265	(14,9)	100,0

Disponibilização do Sistema de Distribuição – TUSD – Consumidores Livres (R\$ mil):

Consumidores	2022	2021	Variação (%)
Industrial	22.211	19.739	12,5
Comercial	9.634	8.889	8,4
Cobrança ICMS Substituição Tributária	9.191	10.992	(16,4)
TOTAL	41.036	39.620	3,4

Mercado de Energia Vendida (MWh):

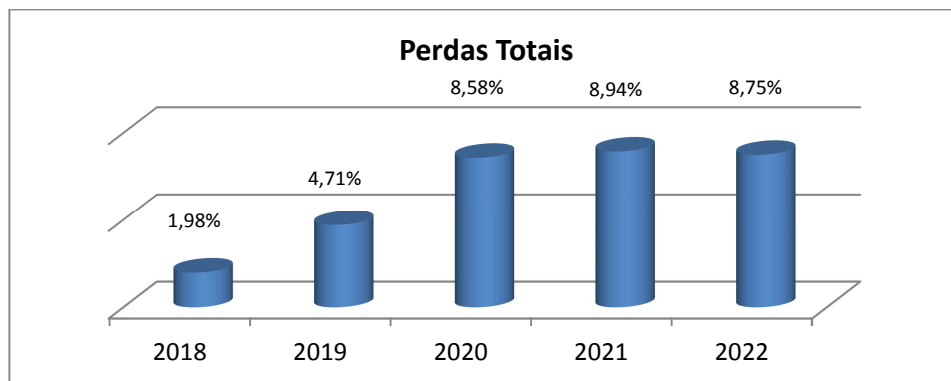
Classe	2022	2021	Varição (%)	Participação (%)
Residencial	94.605	91.854	3,0	27,2
Industrial	36.847	45.063	(18,2)	10,6
Comercial	39.256	36.347	8,0	11,3
Rural	6.369	6.778	(6,0)	1,8
Poder Público	3.672	3.092	18,8	1,1
Iluminação Pública	12.221	12.256	0,3	3,5
Serviço Público	7.074	6.405	10,4	2,0
Consumo Próprio	133	128	3,9	0,1
Total Consumidores Cativos	200.177	201.923	0,9	-
Industrial – Livres	102.350	104.076	(1,7)	29,5
Comercial – Livres	44.861	43.237	3,8	12,9
Total Consumidores livres	147.211	147.313	0,1	-
TOTAL	347.388	349.236	(0,5)	100,0

A energia requerida exclusivamente para atender nossos consumidores cativos ao longo do exercício de 2022 adquirida através de leilão e cotas reguladas pelo agente regulador - ANEEL, apresentou um decréscimo de 2,2%, passando de 227.211 MWh em 2021 para 222.230 MWh em 2022.

O consumo de energia dos consumidores livres foi de 147.212 MWh em 2022. Em 2021 foi de 147.313 MWh.

A micro geração, energia gerada pelos consumidores, atingiu 3.673 MWh em 2022, contra 1.529 MWh em 2021.

As perdas de energia elétrica ao longo do exercício em nosso sistema de distribuição, incluindo as comerciais e as técnicas, foram de 8,75%.



Tarifa média: A tarifa média de fornecimento de energia elétrica, excluídos os valores do ICMS, COFINS e do PIS/PASEP, atingiu em dezembro de 2022, R\$ 583,28/MWh, representando um acréscimo de 19,1% em relação a dezembro de 2021.

Tarifa Média em R\$/MWh		
Classe	Dez/2022	Dez/2021
Residencial	577,69	631,25
Industrial	550,93	529,03
Comercial	547,67	604,57
Rural	518,31	559,71
Poder Público	598,13	618,26
Iluminação Pública	350,54	398,00
Serviço Público	541,08	518,80
Tarifa Média	550,18	583,28

Inadimplência: Valores a receber de consumidores incluindo outras cobranças além da energia consumida.

Saldos em 31/12/2022							
Classes	A vencer	Vencidas até 30 dias	Vencidas de 31 a 90 dias	Vencidas de 91 a 180 dias	Vencidas de 181 a 360 dias	Vencidas a mais de 360 dias	Total
Residencial	2.982	1.973	367	64	158	812	6.356
Industrial	1.681	534	95	1	1	233	2.545
Comercial	1.582	378	71	8	36	238	2.313
Rural	138	64	14	1	1	7	225
Poder público	210	13	-	-	-	-	223
Iluminação Pública	378	-	-	-	-	-	378
Serviço Público	387	7	-	-	-	-	394
Industrial – Cons.Livres	-	-	-	-	-	-	-
Comercial - Cons.Livres	-	-	-	-	-	-	-
Soma	7.358	2.969	547	74	196	1.290	12.434

Revisão Tarifária Periódica – 2021

Definido pela Resolução Homologatória ANEEL nº 2887 de 22/06/2021.

As tarifas de aplicação da Cotel, constantes da Resolução Homologatória nº 2.706, de 23 de junho de 2020, ficam, em média, reajustadas em 10,64% (dez vírgula sessenta e quatro por cento), correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores/usuários/agentes supridos da distribuidora. Sendo 14,08%, em média para os consumidores conectados em alta tensão (AT) e de 8,52% em média para os consumidores conectados em Baixa Tensão (BT).

Reajuste tarifário anual – 2022

Definido pela Resolução Homologatória ANEEL nº 3.052 de 28/06/2022.

As tarifas de aplicação da Cotel, constantes da Resolução Homologatória nº 2.887, de 22 de junho de 2021, alterada pela Resolução Homologatória nº 3.009, de 1º de fevereiro de 2022, ficam, em média, reajustadas em 10,59% (dez vírgula cinquenta e nove por cento), correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores/usuários/agentes supridos da distribuidora. Sendo 23,15%, em média para os consumidores conectados em alta tensão (AT) e de 2,04% em média para os consumidores conectados em Baixa Tensão (BT).

INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS

Qualidade Técnica do Fornecimento:

Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são medidos pelos indicadores denominados de DEC (duração equivalente de interrupções por consumidor) e FEC (frequência equivalente de interrupções por consumidor), calculados através de Sistema Informatizado (Useall) Módulo COD, que permite medir com bastante precisão os níveis de confiabilidade do sistema elétrico, possibilitando o desenvolvimento de ações preventivas, ao direcionarmos investimentos significativos no reforço e melhoria das redes existentes. O índice médio do DEC e do FEC é medido no Conjunto Campo Largo (CL) e no Conjunto Distrito Industrial de Campo Largo (DCL):

	2018	2019	2020	2021	2022
DEC – Conjunto CL – valor apurado	7,27	6,81	5,62	5,23	5,40
DEC – Conjunto CL – limite	9,00	9,00	9,00	9,00	9,00
DEC – Conjunto DCL – valor apurado	12,30	11,21	9,64	8,41	10,22
DEC – Conjunto DCL – limite	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00
FEC – Conjunto CL – valor apurado	5,82	5,82	5,96	5,51	3,81
FEC – Conjunto CL – limite	7,00	7,00	7,00	7,00	7,00
FEC – Conjunto DCL – valor apurado	9,30	9,24	7,11	7,21	5,86
FEC – Conjunto DCL – limite	8,00	8,00	8,00	8,00	8,00

INVESTIMENTOS

Ao longo de 2022 a Cocal aplicou parcela significativa dos seus recursos em obras de ampliação do seu sistema de distribuição de energia elétrica, conforme apresentamos na tabela abaixo:

Investimentos (em R\$ mil)	2022	2021
Obras de distribuição	12.078	8.167
Outros investimentos	596	750
Total dos Investimentos	12.674	8.917

Origens dos Recursos (em R\$ mil)	2022	2021
Recursos próprios	10.999	8.568
Clientes – Participação financeira	1.675	349
Total dos Recursos	12.674	8.917

Sistema de distribuição – 12/2022	Urbano	Rural	Total
Redes de Distribuição – Baixa Tensão (Km)	626	141	767
Redes de Distribuição – Média Tensão (Km)	735	950	1.685
Postes – unidades	23.202	11.813	35.015
Transformadores – unidades	2.609	2.105	4.714
Potência Instalada em Transformadores (KVA)	123.270	28.312	151.582

Tarifa Social da Energia Elétrica: A Tarifa Social da Energia Elétrica é regulamentada pela Lei 12.212, de 20 de janeiro de 2010, e pela Resolução Normativa ANEEL 1000/2021. Proporciona descontos nas faturas de energia às famílias com baixa renda que atendam os critérios estabelecidos pela legislação e mantenham seus cadastros atualizados.

Tarifa Social da Energia Elétrica (Baixa Renda)	2022	2021
Número de residências atendidas	5.140	4.554
Residências atendidas pelo Programa c/relação ao total de consum. residenciais	10,3%	9,3%
Receita de faturamento na subclasse Baixa Renda (R\$ mil)	1.320	1.322
Faturamento da classe em relação ao total do faturamento residencial	1,7%	1,6%
Subsídio recebido da Eletrobrás, relativo aos consumidores do Programa (R\$ mil)	1.214	1.304

Programa Energia Solidária: Programa instituído pelo Governo do Estado do Paraná de acordo com a Lei 20.943/2021, que se responsabiliza pelo pagamento das faturas dos consumidores cadastrados na Tarifa Social de Energia Elétrica e que consumam no máximo 150 KWh por mês. Para receber o benefício, os consumidores devem ter apenas uma unidade consumidora em seu nome.

Programa Energia Solidária	2022	2021
Número total de residências atendidas	3.289	2.529
Residências atendidas pelo Programa com relação ao total de consumidores	6,6%	5,2%
Receita de faturamento do Programa Energia Solidária (R\$ mil)	997	751
Faturamento do Programa relação ao total da receita do faturamento residencial	1,4%	0,9%
Subsídio recebido do Governo Estadual dos consumidores do Programa (R\$ mil)	984	757

PROGRAMA DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA - PEE

O PEE tem como objetivos principais promover a melhoria da instalação e a redução da demanda e do consumo de energia através da troca de equipamentos, difundir os conceitos da eficiência energética e da cultura de conservação energética e colaborar para o desenvolvimento sustentável.

Investir em projetos com o objetivo de promover o uso eficiente da energia elétrica é uma das obrigações da Companhia, que realiza ações baseadas na regulamentação da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, além das normativas técnicas e de segurança. Os últimos projetos realizados pela Companhia alcançaram excelentes resultados em economia de energia e no incentivo a novas ações voltadas à eficiência energética, beneficiando direta ou indiretamente toda a população campo-larguense. Realizados de acordo com o propósito da Cotel em contribuir com a construção de uma Campo Largo melhor a cada dia, estes projetos consistiram na substituição de luminárias da iluminação pública por modelos led, na adequação da luminosidade e substituição das luminárias por modelos led em todas as escolas municipais e na Vila Olímpica e instalação de painéis fotovoltaicos para geração de energia limpa e sustentável em cinco escolas e na Vila Olímpica.

PROGRAMA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO – P&D

Em 2021 contratamos, pelo período de 36 meses, a Fundação Parque Tecnológico de Itaipu para realização de um projeto de P&D cujo título é “Técnicas de *Data Analytics* aplicadas à Otimização da Operação e Manutenção de Transformadores de Potência”. Os transformadores de potência são elementos chave na conexão de subestações de energia elétrica (SE) com o sistema elétrico de potência, além disso, por se tratar de um dos equipamentos mais caros e críticos das subestações, a gestão destes ativos é de vital importância para manutenção da confiabilidade da operação das SE. O sistema proposto será capaz de emitir diagnósticos operativos dos transformadores, como: carregamento relativo, fator de aceleração do envelhecimento, *hotspot*, potência aparente, taxa de geração de gases, temperatura para a formação de água livre no óleo, entre outros. Ademais, Utilizando Técnicas de *Data Analytics*, inteligência artificial aplicada na análise dos dados coletados pelo sistema de aquisição e disponibilizados em servidor, o sistema de gestão dos ativos emitirá saídas relacionadas ao grau de criticidade dos ativos, podendo o usuário registrar procedimentos a adotar para a criticidade apontada pelo sistema, sendo estes procedimentos incrementados ao sistema e utilizados nas inferências posteriores da aprendizagem de máquina.

POLÍTICA DE REINVESTIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo de 25%, calculado sobre o lucro líquido do exercício, ajustado em conformidade com a legislação societária. Mas com o resultado negativo obtido não houve distribuição de dividendos neste exercício.

DIMENSÃO ECONÔMICA FINANCEIRA

Receita de Energia: A receita de fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada totalizou R\$ 148.652.957,25 em 2022 contra R\$ 173.403.320,34 em 2021, representando um decréscimo de 14,27%, reflexo da redução da alíquota do ICMS e da suspensão da cobrança da bandeira de escassez hídrica em abril/2022.

Desde abril de 2016 ocorre a migração de alguns grandes consumidores industriais e comerciais para o mercado livre. Atualmente são 21 consumidores das classes industrial e comercial que passaram a adquirir energia em leilões, cabendo à Cotel cobrar somente o valor da disponibilização do sistema de distribuição. Em 2022 foi faturado o montante de R\$ 31.844.954,35 contra o valor de R\$ 28.628.610,54 em 2021. Outro valor também de responsabilidade da Companhia, se refere ao ICMS Substituição Tributária incidente sobre a energia consumida destes consumidores livres junto aos seus fornecedores de energia. Em 2022 foi cobrado o valor de R\$ 9.190.879,97 e em 2021 o valor de R\$ 10.991.703,77, recolhidos integralmente ao Estado do Paraná.

Ativos e Passivos financeiros setoriais: Conta de compensação de variação de valores de itens da “Parcela A” (CVA) e outros componentes financeiros – trata-se das variações positivas e negativas entre estimativas de custos não gerenciáveis e pagamentos efetivados ocorridos entre os processos tarifários contemplados. As variações serão apuradas e fiscalizadas pela ANEEL para posterior compensação nos reajustes tarifários subsequentes.

Os valores registrados na conta **Doações, Contribuições e subvenções Vinculadas ao Serviço Concedido** no valor de R\$ 16.722.225,30, referem-se a valores de descontos incidentes sobre as tarifas e contemplados nos reajustes e revisões tarifárias da ANEEL e que são repassados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE a título de Subsídio de Carga de Fonte Incentivada (consumidores livres), Subsídio sobre o Serviço Público de Água, Esgoto e Saneamento e Rural de Irrigação e Eletrificação, Subvenção sobre redução na tarifa. Estes custeios são de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE conforme disposto nos termos do inciso VII, do artigo 13º da lei 10.438/2002 e Decreto nº 7891/2013. Também são registrados os valores recebidos de Subsídio Baixa Renda do Governo Federal.

Em **Outras Receitas**, temos os valores registrados de serviços prestados como serviços cobráveis nas faturas, compartilhamento de infraestrutura e de prestação de serviços de manutenção da iluminação pública do Município - totalizando R\$ 6.931.182,59 em 2022. Em dezembro de 2014 foram transferidos para o Município todos os ativos referentes ao sistema de iluminação pública, conforme determinado pela Resolução Normativa ANEEL nº 414/2010, artigo 218. A transferência foi efetuada sem ônus para o Município.

Receita Operacional Líquida: O resultado líquido após as deduções de encargos setoriais e impostos obteve um resultado de R\$ 119.843.149,89 em 2022, contra R\$ 141.499.070,52 em 2021. Um percentual de 55,8% em 2022 e de 58,1% em 2021, sobre a Receita Operacional Bruta.

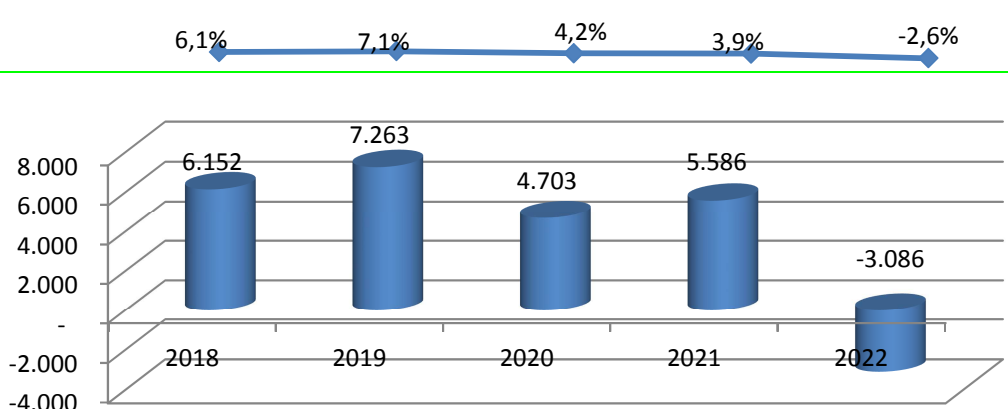
Resultado antes dos Custos Gerenciáveis: Em 2022 o resultado após os custos com a aquisição de energia elétrica foi obtido o valor de R\$ 38.094.715,72 e o percentual sobre a Receita Líquida Operacional foi de 31,8%. Em 2021 foi de R\$ 41.283.854,13 e o percentual de 29,2%.

Custos Gerenciáveis: Encerrou o exercício de 2022 com o montante de R\$ 35.599.833,41 e a variação de 29,7% sobre a Receita Líquida Operacional, enquanto em 2021 encerrou com o valor de R\$ 30.965.199,34 e variação de 30,3% sobre a ROL e variação de 14,9% (comparando 2022 com 2021).

LAJIDA ou EBITDA: Os Lucros antes dos Juros, Impostos e Depreciação e Amortização (LAJIDA ou EBITDA) totalizou 3.085.805,14 negativo, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Rubrica	2022	2021
Resultado das Atividades	(6.697)	2.228
Depreciação e Amortização	3.611	3.358
Lajida/Ebitda	(3.086)	5.586
Receita Operacional Líquida	119.843	141.499
Margem do Ebitda / ROL	-2,58%	3,95%

O gráfico abaixo apresenta os valores em R\$ (mil) da margem do Ebitda/Lajida, juntamente com o percentual sobre a Receita Operacional Líquida.



Indicadores econômicos

Índice/coeficiente	Fórmula	2022	2021
Liquidez imediata	Disponível	R\$ 0,03	R\$ 0,06
	Passivo Circulante		
Liquidez corrente	Ativo Circulante	R\$ 1,34	R\$ 1,30
	Passivo Circulante		
Liquidez geral	Ativo Circ. + Realizável L.P.	R\$ 0,99	R\$ 1,12
	Passivo Circ. + Exigível L.P.		
Endividamento Total	Exigibilidades totais	R\$ 0,71	R\$ 0,48
	Ativo Total		
Retorno do Capital	Lucro Líquido	-7,35%	3,56%
	Patrimônio Líquido		
Razão Operacional	Despesa Operacional	-1,05	0,98
	Receita Líquida		
Capital Fixo Aplicado	Ativo Permanente	0,29	0,46
	Ativo Total		
Desp. Pessoal/Rec. Líquida	Despesa Pessoal	16,5%	12,6%
	Receita Líquida		
Energia Comprada/ Rec. Líquida	Custo Energia	68,2%	70,8%
	Receita Líquida		
Capital de Giro	Ativo Circulante – Passivo Circulante	R\$ 16.600.371	R\$ 14.135.508
Lucro/Prejuízo Líquido	-	R\$ 4.293.513	R\$ 2.232.307
EBITDA	Resultado da atividade + Depreciação	- R\$ 3.085.805	R\$ 5.586.373

BALANÇO SOCIAL

	2022			2021		
1) Base de Cálculo	Valor (R\$ mil)			Valor (R\$ mil)		
Receita Líquida	119.843			141.498		
Lucro Operacional	(4.294)			2.232		
Folha de Pagamento Bruta	17.780			16.149		
2) Indicadores Sociais Internos	Valor (R\$ mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (R\$ mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	1.801	10,1%	1,5%	1.673	10,4%	1,2%
Encargos Sociais sem diretoria	4.502	25,3%	3,8%	4.164	25,8%	2,9%
Previdência privada	62	0,3%	0,1%	72	0,1%	0,1%
Saúde	1.011	5,7%	0,8%	945	5,9%	0,7%
Segurança e Medicina no Trabalho	528	3,0%	0,4%	175	1,1%	0,1%
Educação	55	0,3%	0,0%	60	0,4%	0,0%
Cultura	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%
Capacitação e Desenvolvimento Profissional	82	0,5%	0,1%	18	0,1%	0,0%
Creches ou Auxílio Creche	-	-	-	-	-	-
Participação nos Lucros ou Resultados	-	0,0%	0,0%	441	2,7%	0,3%
Outros	-	0,0%	0,0%	206	1,3%	0,2%
Total – Indicadores sociais internos	8.041	45,2%	6,7%	7.754	48,0%	5,5%
3) Indicadores Sociais Externos	Valor (R\$ mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (R\$ mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Educação	-	-	-	-	-	-
Cultura	-	-	-	-	-	-
Saúde e Saneamento	-	-	-	-	-	-
Esporte	-	-	-	-	-	-
Combate à fome e segurança alimentar	-	-	-	-	-	-
Programa “Luz Para Todos”	-	-	-	-	-	-
Programa de pesquisa e eficiência energética	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-
Total das contribuições para a sociedade	-	-	-	-	-	-
Tributos (excluídos os encargos sociais)	86.308	-	72,0%	80.221	-	56,7%
Total – Indicadores Sociais Externos	94.349	-	78,7%	87.975	-	63,2%

	2022	2021
4) Indicadores do Corpo Funcional	N.º de empregados	N.º de empregados
N.º de empregados ao final do exercício	113	119
Nº de empregados terceirizados	78	36
Escolaridade dos empregados:		
Superior e extensão universitária	54	56
2º Grau	50	54
1º Grau	9	9
Faixa Etária dos empregados		
Abaixo de 30 anos	4	8
De 30 até 45 anos (inclusive)	59	57
Acima de 45 anos	50	54
Admissões durante o período	0	0
Demissões durante o período	6	3
N.º de mulheres que trabalham na empresa	26	26
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	42,1%	42,1%
Estagiários	2	4
Menor Aprendiz	5	4

5) Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial						
	2022			2021		
Relação entre a maior e a menor remuneração	6,7			6,0		
Nº total de acidentes de trabalho	3			5		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos foram definidos	(X) Pela Direção	() Direção e gerências	() Todos os empregados	(X) Pela Direção	() Direção e gerências	() Todos os empregados
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos	(X) Pela Direção	() Direção e gerências	() Todos os empregados	(X) Pela Direção	() Direção e gerências	() Todos os empregados
A previdência privada contempla	() Pela Direção	() Direção e gerências	(X) Todos os empregados	() Pela Direção	() Direção e gerências	(X) Todos os empregados
A participação nos lucros ou resultados contempla	() Pela Direção	() Direção e gerências	(X) Todos os empregados	() Pela Direção	() Direção e gerências	(X) Todos os empregados
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa	() Não são considerados	(X) São sugeridos	São exigidos	() Não são considerados	(X) São sugeridos	São exigidos
Quanto à participação dos empregados em programas de trabalho voluntário	() Não se envolve	(X) Apoia	() Organiza e incentiva	() Não se envolve	(X) Apoia	() Organiza e incentiva

A Cotel agradece aos seus acionistas, em especial à colaboração do Governo do Município de Campo Largo, aos colaboradores da Companhia pelo profissionalismo e dedicação, aos clientes/consumidores e fornecedores pela confiança que depositaram ao longo de 2022.

Campo Largo, 31 de dezembro de 2022.

José Arlindo Lemos Chemin
Diretor Presidente

Pedro Luiz Durigan
Diretor Econômico/ Financeiro

Carlos Conrado Krzyzanovski
Diretor Técnico

Nelson Chagas
Diretor Administrativo

Luciano Marcos Klos
Contador CRC/PR 027.658/O-8

Balço Patrimonial dos Exercícios Encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021

ATIVO	2022	2021
CIRCULANTE		
Numerário disponível (Nota 5.1)	1.401	3.006
Aplicações no mercado aberto (Nota 5.2)	-	-
Consumidores, Concessionários e Permissionários (Nota 5.3)	18.025	22.009
Serviços em curso (Nota 5.4)	1.047	567
Tributos compensáveis (Nota 5.5)	15.476	770
Almoxarifado operacional (Nota 5.6)	1.841	1.755
Despesas pagas antecipadamente (Nota 5.7)	2.805	36
Ativos regulatórios (Nota 5.8)	20.984	31.624
Outros ativos circulantes (Nota 5.9)	3.786	2.048
	65.365	61.815
NÃO CIRCULANTE		
Tributos compensáveis (Nota 5.10)	78.661	641
Investimentos temporários (Nota 5.11)	250	223
Depósitos judiciais	157	89
Ativo financeiro indenizável (Nota 5.12)	3.778	1.574
Outros ativos não circulantes	1	1
	82.847	2.528
Intangível em serviço (Nota 5.13)	50.520	49.981
Intangível em curso (Nota 5.13)	9.375	5.784
	59.895	55.765
TOTAL DO ATIVO	208.107	120.108

PASSIVO	2022	2021
CIRCULANTE		
Fornecedores (Nota 5.16)	14.193	11.120
Empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 5.17)	13.850	7.145
Obrigações sociais e trabalhistas (Nota 5.18)	2.171	2.446
Tributos (Nota 5.19)	2.477	7.049
Provisão para litígios (Nota 5.20)	-	35
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	4.298	4.308
Encargos setoriais (Nota 5.21)	5.397	3.080
Passivos regulatórios (Nota 5.22)	4.766	10.966
Outros passivos circulantes (Nota 5.23)	1.613	1.531
	48.765	47.680
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		
Empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 5.17)	9.536	9.698
Outros Passivos não circulantes (Nota 5.24)	91.368	-
	100.904	9.698
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital Social (Nota 5.25)	50.000	50.000
Reservas de Lucros	8.438	12.730
	58.438	62.730
TOTAL DO PASSIVO	208.107	120.108

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrativo do Resultado dos Exercícios Encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021

	2022	2021
Receita Operacional (Nota 5.29)		
Fornecimento de Energia Elétrica	148.653	173.403
Disponibilização do Sistema de Distribuição	41.036	39.620
Ativos e Passivos Financeiros Regulatórios	(7.912)	13.871
Doações, Contribuições e subvenções Vinculadas ao Serviço Concedido	16.722	2.841
Outras Receitas	6.931	5.793
Receita de Construção	9.191	8.091
	214.621	243.619
Deduções da Receita Operacional (Nota 5.30)		
ICMS	(45.992)	(67.034)
Cofins / Pasep	(14.587)	(16.150)
CDE - Conta de Desenvolvimento Energético	(27.418)	(17.123)
TFSEE – Taxa de Fiscalização	(116)	(106)
Pesquisa e Desenvolvimento / Eficiência Energética	(1.046)	(1.282)
Outros encargos	(5.619)	(426)
	(94.778)	(102.121)
Receita Operacional Líquida	119.843	141.498
Custos Não Gerenciáveis – Parcela “A” (Nota 5.31)		
Energia Elétrica comprada para Revenda	(53.250)	(74.485)
Encargo de Uso do Sistema de Transmissão/Distribuição	(28.499)	(25.730)
	(81.749)	(100.215)
Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis	38.094	41.283
Custos Gerenciáveis – Parcela “B” (Nota 5.32)		
Pessoal e Administradores	(19.736)	(17.889)
Material	(2.125)	(1.746)
Serviços de Terceiros	(8.137)	(6.894)
Depreciação e Amortização	(3.611)	(3.359)
Custo com Construção	(9.191)	(8.091)
Outras Despesas Operacionais	(1.991)	(1.077)
	(44.791)	(39.056)
Resultado da Atividade	(6.697)	2.227
Resultado Financeiro		
Despesas Financeiras	(7.756)	(3.137)
Receitas Financeiras	10.159	3.363
	2.403	226
Resultado Antes dos Impostos sobre o lucro	(4.294)	2.453
Imposto de Renda / Contribuição Social s/Lucro	-	(680)
Lucro antes das Participações e da Reversão dos Juros Sobre o Capital	(4.294)	1.773
Participações nos Lucros	-	(441)
Reversão dos Juros Sobre o Capital Próprio	-	900
Lucro Líquido do Exercício	(4.294)	2.232
Lucro Líquido por Lote de Mil Ações do Cap. Social - R\$	-	4,46

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrativo do Fluxo de Caixa dos Exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021

	2022	2021
Atividades operacionais		
Lucro/Prejuízo líquido do exercício	(4.294)	2.232
Ajustes de itens sem desembolso de caixa		
Juros sobre financiamentos	(4.078)	(686)
Provisão para contingências	(35)	(63)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(159)	(173)
Amortização e baixas do intangível	4.666	4.543
Lucro líquido ajustado	(3.900)	5.853
(Aumento) redução do ativo		
Contas a receber de clientes	4.143	(2.377)
Serviços pedidos em curso	(481)	186
Depósitos judiciais	(68)	(13)
Ativos regulatórios	10.640	(15.843)
Tributos a recuperar	(92.725)	(772)
Estoques	(86)	(104)
Despesas antecipadas	(2.769)	23
Outros	(1.765)	(391)
	83.111	(19.291)
Aumento (redução) no Passivo		
Fornecedores	3.049	890
Obrigações sociais e trabalhistas	(252)	64
Tributos a recolher	(4.572)	1.214
Encargos setoriais	2.317	(2.600)
Passivos regulatórios	(6.199)	2.121
Outros	91.450	246
	85.793	1.934
Fluxo de caixa (consumido) / originado das atividades operacionais	(1.218)	(11.503)
Atividades de investimentos		
Intangível	(10.998)	(8.377)
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(10.998)	(8.377)
Atividades de financiamentos		
Financiamentos e empréstimos adquiridos	15.542	17.631
Amortização de empréstimos	(4.921)	(101)
Dividendos distribuídos	(10)	(10)
Fluxo de caixa originado das (aplicados nas) atividades de financiamentos	10.611	17.250
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(1.605)	2.360
Total de efeitos no caixa		
Saldo inicial de caixa	3.006	5.366
Saldo final de caixa	1.401	3.006
Variação no caixa	(1.605)	(2.360)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Descrição	Capital Social	Reservas de lucros		Lucros Acumulados	Total
		Reserva legal	Reserva de investimento		
Saldos em 31 de dezembro de 2020	50.000	3.436	7.963	-	61.399
Aumento do Capital Social					
Lucro Líquido de Exercício	-	-	-	2.232	2.232
Destinação do Lucro proposta a AGO (nota 5.26)					
- Reserva Legal	-	112	-	(112)	-
- Reserva de Retenção do Lucro	-	-	1.221	(1.221)	-
JSCP (R\$ 2,00 por lote de mil ações)	-	-	-	(900)	(900)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	50.000	3.548	9.183	-	62.731
Aumento do Capital Social					
Lucro Líquido de Exercício	-	-	-	(4.294)	(4.294)
Destinação do Lucro proposta a AGO (nota 5.26)					
- Reserva de Retenção do Lucro	-	-	(4.294)	4294	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	50.000	3.548	4.889	-	58.437

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS LEVANTADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

*Valores expressos em milhares de reais

1. Contexto Operacional

A Companhia Campolarguense de Energia - Cotel, fundada em 05 de março de 1968, é uma sociedade de Economia Mista de capital fechado, controlada pelo Governo Municipal de Campo Largo, que detém 99,6% do seu Capital Social.

A Companhia tem como atividade principal a distribuição de energia elétrica no Município de Campo Largo, Estado do Paraná, que possui uma área de 1.244 km².

Até maio de 2019 a Cotel era suprida pela Companhia Paranaense de Energia – Copel, após esse período tornou-se agente da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CEE e atualmente possui seu portfólio de compra de energia composto pelas cotas compulsórias e contrato de aquisição de energia com a empresa Tradener Ltda.

2. Da Concessão

A Companhia Campolarguense de Energia - Cotel detém a concessão para distribuir energia no Município de Campo Largo, Estado do Paraná, junto ao órgão regulador do Serviço Público de Energia Elétrica – Aneel.

A Cotel assinou em 09/12/2015 o Quinto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 27/1998, prorrogando a vigência até 07/07/2045, de acordo com o Despacho do Ministro de Estado de Minas e Energia de 09/11/2015, com fundamento na Lei nº 12.783/2013, no Decreto nº 7.805/2012 e no Decreto nº 8.461, de 02/06/2015.

O contrato de concessão e seus aditivos encontram-se disponíveis, na página da ANEEL: <http://www.aneel.gov.br>

3. Apresentação das Demonstrações Contábeis:

3.1. Declaração De conformidade

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Companhia está adotando as alterações na legislação societária introduzidas pela Lei nº 11.638, aprovada em 28 de dezembro de 2007, com as respectivas modificações introduzidas pela Medida Provisória nº 449 de 3 de dezembro de 2008, convertida na Lei nº 11.941 em 27 de maio de 2009, a qual modifica, revoga e introduz novas disposições da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76. A referida lei estabelece diversas alterações sobre a elaboração de demonstrações contábeis, visando o alinhamento com as normas internacionais de contabilidade. Nesse sentido, estão sendo observados de forma consistente os pronunciamentos do CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Os dados não financeiros incluídos nesta demonstração contábil tais como, MW, MWh e aspectos qualitativos para determinar a cobertura de seguros, não foram auditados.

3.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. As informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira são contabilizadas utilizando-se a taxa de câmbio vigente na data da respectiva transação. Os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data do balanço patrimonial. As variações cambiais são reconhecidas na demonstração do resultado quando incorridas.

3.3. Base de mensuração

As demonstrações contábeis societárias foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais: a) os instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo; e b) os ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados pelo valor justo.

3.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativos e de mensuração

Julgamentos

A preparação das Demonstrações Contábeis Societárias da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das Demonstrações Contábeis Societárias.

Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas Demonstrações Contábeis Societárias.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco expressivo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Amortização do intangível de concessão

Os ativos intangíveis são amortizados de forma linear pelo prazo correspondente ao direito de cobrar os consumidores pelo uso do ativo da concessão que o gerou (vida útil regulatória dos ativos) ou pelo prazo do contrato de concessão, dos dois o menor. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia utilizou as vidas úteis regulatórias definidas na Resolução ANEEL nº 674/2015.

Ativo financeiro de concessão

O critério de apuração e atualização do ativo financeiro de concessão está na nota 5.12.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisões para riscos tributários, regulatórios, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, trabalhistas, tributárias e regulatórias. A avaliação da probabilidade de perda inclui avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Provisão para perda esperadas

A Companhia mensura as perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes de curto prazo por meio da utilização de matriz de provisões baseada na experiência de perda de crédito histórica não ajustada, quando tal informação representa a melhor informação razoável e sustentável, ou, ajustada, com base em dados observáveis atuais para refletir os efeitos das condições atuais e futuras para cada linha de negócio operado pela Companhia.

A Companhia utiliza a abordagem de mensuração por meio de uma matriz de provisão que considera o histórico de inadimplência. São considerados os históricos de forma segregada em faturamento regular e parcelamentos, por classe de consumo (residencial, industrial, comercial, rural, poder público, iluminação pública e serviço público). Além disso, há uma análise individual dos processos judiciais com avaliação da probabilidade de perda e respectiva provisão esperada.

Para os grandes consumidores há uma análise individualizada, que avalia as perdas com base nas negociações e respectiva situação financeira.

3.5. Normas e Interpretações Novas/Revisadas/Alteradas

Os principais normativos alterados, emitidos em discussão pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelo Comitê de Pronunciamentos contábeis, estão abaixo elencados:

Norma/revisada/alterada	Descrição da alteração/revisão	Início de vigência
IFRS 3/CPC 15: Combinação de Negócios	Estabelece novos requerimentos para determinar se uma transação deve ser reconhecida como uma aquisição de negócio ou como uma aquisição de ativos.	1º de janeiro de 2020
IFRS 9/CPC 48: Instr.Financeiros IFRS 7/CPC 40: Instr.Financeiros-Evidenciação IAS 39/CPC 38: Instr.Financeiros-Reconhecimento e Mensuração	Inclusão de exceções temporárias aos requerimentos atuais da contabilidade de hedge para neutralizar os efeitos das incertezas causadas pela reforma da taxa de juros referenciais (IBOR).	1º de janeiro de 2020
IAS 1 / CPC 26: Apresentação das Demonstrações Contábeis IAS 8 CPC 23: Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erros	Altera a definição de “material”, estabelecendo que uma informação é material se a sua omissão, distorção ou obscuridade puder influenciar razoavelmente a tomada de decisão dos usuários das demonstrações contábeis.	1º de janeiro de 2020
IFRS 16 / CPC 06 (R2): Arrendamentos	Requerimentos com o objetivo de facilitar para os arrendatários a contabilização de eventuais concessões obtidas nos contratos em decorrência da COVID-19, tais como perdão, suspensão ou mesmo reduções temporárias de pagamentos.	1º de janeiro de 2020

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas que não entraram em vigor até a data da emissão das demonstrações da COCEL, estão descritas acima. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

4. Principais Práticas Contábeis Adotadas na Elaboração das Demonstrações Contábeis:

4.1. Reconhecimento de receita

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência do exercício.

Prestação de serviços

As receitas de todos os serviços prestados são reconhecidas quando auferidas. O faturamento de energia elétrica para todos os consumidores é efetuado mensalmente de acordo com o calendário de leitura. A receita não faturada, correspondente ao período decorrido entre a data da última leitura e o encerramento do mês, é estimada e reconhecida como receita no mês em que a energia foi consumida.

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

Receita de construção

A ICPC 01 estabelece que a concessionária de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com o Pronunciamentos Técnicos CPC47 – Contratos com Clientes, mesmo quando regidos por um único contrato de concessão. A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

Ativo Regulatório Ativos e passivos financeiros setoriais líquidos

Refere-se ao reconhecimento e à realização de diferenças temporais, cujos valores são repassados anualmente na tarifa de distribuição de energia elétrica – Parcela A e outros componentes financeiros, conforme Módulo 4 do PRORET – Componentes Financeiros das Tarifas de Distribuição.

4.2. Impostos

Imposto de renda e contribuição social – correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de impostos e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aqueles que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

Imposto sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

- ✓ Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e
- ✓ Valores a receber e a pagar apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas.

O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

4.3. Subvenções governamentais

São reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo. Quando a Companhia receber benefícios não monetários, o bem e o benefício são registrados pelo valor nominal e refletidos na demonstração do resultado ao longo da vida útil esperada do bem, em prestações anuais iguais.

4.4. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros - reconhecimento e mensuração

Os ativos financeiros da Companhia são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes e outras contas a receber.

Passivos financeiros - reconhecimento e mensuração

Os passivos financeiros da Companhia são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado e empréstimos e financiamentos. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos, sujeitos a juros, são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, outras contas a pagar e empréstimos.

4.5. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às Demonstrações Contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às Demonstrações Contábeis Societárias tomadas em conjunto.

4.6. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

4.7. Contas a receber de clientes

Inclui os valores faturados aos consumidores finais, ajustados ao valor presente, quando aplicável, a receita referente à energia consumida e não faturada, uso da rede, os serviços prestados, os acréscimos moratórios e outros créditos, até o encerramento do exercício, contabilizados com base no regime de competência.

4.8. Estoques

Os materiais e equipamentos em estoques classificados no ativo circulante compreende o almoxarifado de manutenção de obras e administrativo. Estão registrados pelo custo médio de aquisição e não excedem os seus custos de reposição ou valores de realização.

4.9. Ativo indenizável (Concessão)

O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica e aditivos celebrados entre a União (Poder Concedente – Outorgante) e a Companhia (Concessionária – Operador) regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica pela Companhia, onde:

- ✓ O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem (classe de consumidores) os serviços devem ser prestados;
- ✓ O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e à melhoria da qualidade no atendimento aos consumidores, e o operador tem como obrigação, na entrega da concessão, devolver a infraestrutura nas mesmas condições em que a recebeu na assinatura desse contrato. Para cumprir com essas obrigações, são realizados investimentos constantes durante todo o prazo da concessão. Portanto, os bens vinculados à concessão podem ser repostos, algumas vezes, até o final da concessão;
- ✓ Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização; e
- ✓ O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B) e são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição elétrica, abrangendo:

- ✓ Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão apurados com base no Valor novo de reposição (“VNR”) classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente; e
- ✓ Parcela remanescente do ativo financeiro (valor residual) apurada de acordo com o VNR classificada como um ativo intangível em virtude da sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, através do consumo de energia pelos consumidores, nota 12.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição que estava originalmente representada pelo ativo intangível da Companhia é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (i) parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da concessão; e (ii) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, essa a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

De acordo com a Lei 12.783/2013, o cálculo do valor dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, para fins de indenização, deve utilizar como base a metodologia de valor novo de reposição, conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente. Tal normativo só produziu efeitos no exercício de 2016, não afetando o resultado de anos anteriores.

A Companhia reconhece um ativo financeiro resultante de um contrato de concessão quando tem um direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro equivalente do poder concedente pelos serviços de construção ou melhoria prestados. Tais ativos financeiros são mensurados pelo seu valor justo quando do reconhecimento inicial, e após o reconhecimento inicial estes ativos financeiros são mensurados pelo seu custo amortizado.

Caso a Companhia seja ressarcida pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber.

4.10. Ativos intangíveis

Contratos de concessão

A Companhia reconhece como um ativo intangível resultante de um contrato de concessão de serviços, quando ela tem um direito de cobrar pelo uso da infraestrutura de tal concessão. Um ativo intangível recebido como remuneração pela prestação de serviços de construção ou melhorias em um contrato de concessão de serviços é mensurado pelo valor justo mediante o seu reconhecimento inicial. Após este reconhecimento tal ativo intangível é mensurado pelo seu custo, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução do seu valor recuperável.

Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm sua vida útil finita são mensurados pelo seu custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução acumulada do seu valor recuperável.

Amortização

A amortização é calculada sobre o custo de aquisição do ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual apurado. A amortização é reconhecida no resultado com base no método linear com relação à vida útil estimada dos ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. Este método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo.

A vida útil de um ativo intangível, em um contrato de concessão de serviço, é o período a partir do qual a Companhia tem a capacidade de cobrar do público pelo uso da infraestrutura até o final do período da concessão. Os métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos caso haja alterações deliberadas pelo órgão regulador.

4.11. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, em todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4.12. Resultado por quota

O resultado por quota básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos quotistas diretamente proporcional.

4.13. Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um período de tempo substancial para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Os custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

4.14. Demonstração de Resultados Abrangentes

A COCEL não apresentou as Demonstrações dos Resultados Abrangentes por motivo de não existir nenhum resultado que se caracterize como abrangente.

4.15. Segmento de negócios

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio dos quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revisados pela Administração da Companhia para a tomada de decisões sobre alocação de recursos aos segmentos e para a avaliação do seu desempenho.

Todas as decisões tomadas pela Administração da Companhia são baseadas em relatórios consolidados, os serviços são prestados utilizando-se uma rede integrada de distribuição, e as operações são gerenciadas em bases consolidadas. Conseqüentemente, a Companhia concluiu que possui apenas o segmento de distribuição de energia elétrica como passível de reporte.

5. Notas Explicativas

ATIVO CIRCULANTE

5.1. Disponibilidades

Estão representadas por depósitos bancários avaliados ao custo de realização até a data do balanço patrimonial.

	2022	2021
Caixa	5	1
Contas bancárias a vista	1.062	2.497
Numerários em trânsito	334	508
Total	1.401	3.006

O saldo de Numerário em Trânsito corresponde aos valores arrecadados pela rede bancária e ainda não creditados pela mesma.

5.2. Aplicações Financeiras

O ano de 2022 encerrou sem saldo de aplicações financeiras em dezembro/2022.

5.3. Consumidores, Concessionários e Permissionários.

As contas a receber incluem os valores referentes ao faturamento já emitido, bem como a receita proveniente de energia fornecida e ainda não faturada ao final do exercício. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento do faturamento. Para a receita não faturada, conforme o ciclo de faturamento mensal é feita a provisão tendo como referência a carga real de energia disponibilizada e o índice de perda elétrica em bases anuais.

	2022	2021
Fornecimento faturado	10.940	16.070
Fornecimento não faturado	7.197	5.988
Outras cobranças de consumidores	1.124	1.028
(-) Provisão p/Créditos de liquidação duvidosa – PCLD	(1.236)	(1.077)
Total	18.025	22.009

O fornecimento faturado de energia acrescida de outras cobranças nas faturas apresenta o seguinte perfil por data de vencimento e classe:

	Saldos vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	Consolidado
Consumidores	2022				2021
Residencial	2.520	1.868	691	5.079	7.782
Industrial	1.611	548	218	2.377	3.555
Comercial	1.547	393	200	2.140	3.019
Rural	149	76	8	233	294
Poder Público	197	11	1	209	290
Iluminação Pública	378	-	-	378	703
Serviço Público	375	6	-	381	513
Serviço taxado e outras	513	469	161	1.143	752
Não faturado	7.197	-	-	7.197	5.988
Participação Financeira	68	-	-	68	150
Governo do Paraná – Luz Fraterna	56	-	-	56	40
Sub total	14.611	3.372	1.279	19.262	23.086
(-) Crédito líq. Duvidosa	(1.236)	-	-	(1.236)	(1.077)
Total Consumidores	13.375	3.372	1.279	18.025	22.009

5.4. Serviços em Curso

Representados pelos custos apropriados em ordens de serviços próprias ou de terceiros, cujos valores serão transferidos para o ativo intangível ou para custo dos serviços prestado a terceiros por ocasião do encerramento das respectivas Ordens de Serviços – ODS.

	2022	2021
Serviços em redes elétricas	54	122
Programas de Eficiência Energética	13	283
Programas de Pesquisa & Desenvolvimento	766	44
Manutenção de Iluminação Pública	205	111
Outras ordens em curso	9	7
Total	1.047	567

5.5 Tributos compensáveis

	2022	2021
ICMS a compensar Curto Prazo	619	403
Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ	11	39
Contribuição Social s/Lucro Líquido – CSLL	13	14
Cofins/Pasep s/exclusão da base do ICMS	14.691	-
Outros	142	314
Total	15.476	770

5.6. Almoxarifado operacional

Corresponde aos materiais no almoxarifado de manutenção e estão avaliados pelo custo médio de aquisição, no montante de R\$ 1.841, (R\$ 1.755 em 31 de dezembro de 2021), e não excedem ao valor de mercado.

5.7. Despesas Pagas Antecipadamente

Prêmios de Seguros: Saldo dos pagamentos antecipados de prêmios de seguros vincendos, até a efetiva realização destas despesas pelo regime contábil de competência no valor de R\$ 36.

Registrado o valor de R\$ 2.769 referente a honorários advocatícios relativos ao processo de recuperação da Cofins e do Pasep com a exclusão do ICMS sobre a base de cálculo.

5.8. Ativos Regulatórios

Correspondem às variações positivas de custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios, ocorridas no período entre reajustes tarifários e/ou revisões periódicas, de modo a permitir maior neutralidade no repasse dessas variações para as tarifas.

- **Valores tarifários não gerenciáveis a compensar da Parcela A – CVA:** A Portaria Interministerial dos Ministros de Estado da Fazenda e de Minas e Energia nº 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceu a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” - CVA, com o propósito de registrar as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativos aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica. Estas variações são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC;
- **Neutralidade da Parcela A:** Refere-se à neutralidade dos encargos setoriais na tarifa, apurando as diferenças mensais entre os valores faturados e os valores inseridos nas tarifas; e

A partir da assinatura do 4º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão em 10/12/2014, a Cocal aplicou a OCPC nº 08 a partir do exercício de 2014, com registros dos valores do ativo financeiro setorial em contrapartida à receita operacional.

	2022	2021
CVA - Custo de Aquisição de Energia (constituição e amortização)	5.287	11.381
CVA - PROINFA (constituição e amortização)	618	107
CVA - Conta de Desenv. Energético CDE (constituição e amortização)	2.980	871
Transporte de Energia Rede Básica	8	291
Transporte de Energia Elétrica – Itaipu	206	276
Encargos de Serv.de Sistemas – ESS/ERR	1.997	6.895
Neutralidade Parcela “A” (constituição e amortização)	771	-
Sobrecontratação de Energia	-	1
Previsão Risco Hidrológico	-	3.372
Diferimentos de Reposição Tarifária	9.117	8.430
Total	20.984	31.624

5.9. Outros Ativos Circulantes

	2022	2021
Créditos a receber – empregados	188	172
Títulos de créditos a receber – Consumidores	513	810
Reembolsos do fundo da Conta de Desenvolvimento Energético		
- Subsídio Água, Esgoto, Saneamento e Rural	28	58
- Subsídio Carga Fonte Incentivada – CL	925	-
- Subvenção CDE ref.tarifas reduzidas	810	-
- Bônus s/redução voluntária consumidor	254	-
- Subsídios Baixa Renda - Eletrobrás	217	226
Compartilhamento da infraestrutura a receber	749	648
Outros ativos a receber	102	134
Total	3.786	2.048

ATIVO NÃO CIRCULANTE

5.10. Tributos compensáveis

	2022	2021
ICMS a compensar	959	641
Cofins/Pasep a compensar	77.702	-
Total	78.661	641

5.11. Investimentos temporários

O valor de R\$ 195 refere-se ao saldo histórico de precatórios que foram adquiridos com o objetivo de quitar pendências fiscais junto ao Governo do Estado. Outros investimentos temporários somam R\$ 55 mil.

5.12. Ativos Financeiros – Indenizáveis (concessão)

Referem-se à parcela do Intangível não amortizada até o final do contrato de concessão dos Investimentos realizados. Estes investimentos não amortizados serão revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão mediante o pagamento de indenização. Ao longo da concessão o ativo indenizável é remunerado pelo custo médio ponderado de capital (WACC) regulatório, utilizado no cálculo dos componentes da tarifa de distribuição de energia elétrica da Companhia. O registro decorre da aplicação da Interpretação Técnica do ICPC 01 e da orientação OCPC 05 emitidas pelo CPC para os contratos de concessão.

	2022	2021
Ativo financeiro	3.778	1.574
Total	3.778	1.574

5.13. Intangível

	2022			2021
	Intangível	Ativo financeiro	Líquido	Líquido
Intangível	299	(3)	296	42
Terrenos	1.220	(1.220)	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias.	862	(132)	730	633
Máquinas e Equipamentos	58.278	(2.423)	55.855	53.725
Veículos	1.473	-	1.473	2.088
Móveis e Utensílios	371	-	371	407
(-) Obrigações especiais Vinculadas a Concessão	(8.205)	-	(8.205)	(6.914)
	54.298	(3.778)	50.520	49.981
Intangível em Curso	9.375	-	9.375	5.784
	63.673	(3.778)	59.895	55.765

A agência reguladora, ANEEL, é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor de indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo de concessão. O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo de vencimento da concessão está alocado como concessão do serviço público (Ativo Financeiro). Em conformidade com a Interpretação Técnica ICPC 01, foi registrada no Ativo Intangível, a parcela da infraestrutura que será utilizada durante a concessão, composta pelos ativos da distribuição de energia elétrica, líquidos das participações de consumidores (obrigações especiais).

Obrigações Especiais Vinculadas a Concessão

As obrigações especiais (não remuneradas) representam as contribuições da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. As obrigações especiais estão sendo amortizadas às mesmas taxas de amortização dos bens que compõem a infraestrutura, a partir do segundo ciclo de revisão tarifária periódica (de junho de 2008).

Ao final da concessão o valor residual das obrigações especiais será deduzido do ativo financeiro de indenização.

	2022	2021
Em Serviço		
- Participação da União, Estados e Municípios	685	685
- Participação financeira do consumidor	6.056	5.552
- Universalização Serviço Público de Energia Elétrica	2.370	2.370
- Pesquisa e Desenvolvimento	572	572
(-) Amortização Acumulada	(4.205)	(3.821)
- Em Curso	2.727	1.556
Total	8.205	6.914

5.14. Taxas de Depreciação

De acordo com a Resolução ANEEL nº 367 de 02 de junho de 2009, as taxas de depreciação dos principais bens e instalações da Companhia registradas e controladas por Unidade de Cadastro - UC e que passaram a ser aplicadas a partir de janeiro de 2012 são as seguintes:

Estrutura - Distribuição	3,57%
Condutor - Distribuição	3,57%
Luminária	4,55%
Medidor	7,69%
Transformador de Distribuição	4,0%
Veículo	14,29%
Equipamento Geral	6,25%
Edificação	3,33%

5.15. Dos Bens Vinculados à Concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do decreto 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição (inclusive comercialização) são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do órgão regulador. A Resolução ANEEL nº 20/99 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação na concessão.

PASSIVO CIRCULANTE

5.16. Fornecedores

	2022	2021
Energia Comprada p/ Revenda	8.142	9.902
Encargos de Uso da Rede Elétrica	1	25
Materiais, Serviços e Outros	6.050	1.193
Total	14.193	11.120

5.17. Empréstimos e Financiamentos e debêntures

	2022		2021	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
Caixa Econômica Federal	6.051	1.147	3.449	2.250
Banco Sicoob	1.771	1.577	1.646	3.348
Banco Sicredi	3.991	4.605	2.050	4.100
Banco Santander	2.037	2.207	-	-
Total	13.850	9.536	7.145	9.698

- Caixa Econômica Federal: Crédito rotativo com vencimento em 21/04/2023. Juros: 167,32 do CDI;

- Caixa Econômica Federal: Juros: 167,32 do CDI; carência de 6 meses. Prazo total de 40 meses. Vencimento final: 15/01/2025;
- Banco Sicoob: Juros de 0,68% a.m e 8,62% a.a. Prazo total de 36 meses. Vencimento final: 18/10/2024;
- Banco Sicredi: Juros de 1,56% a.m. e 20,41% a.a. Vencimento final: 28/12/2024;
- Banco Santander: juros de 1,26 a.m. e 16,21% a.a. Prazo total de 30 meses; Vencimento final: 13/01/2025;
- Banco Sicredi: Juros de de 1,60% a.m. e 20,98% a.a. Prazo total de 24 meses. Vencimento final: 28/11/2024.

5.18. Obrigações Sociais e Trabalhistas

	2022	2021
Saldo de Salários a Pagar	1	1
Provisão de férias	1.755	1.668
Tributos e Contribuições Sociais retidos na fonte	391	322
Consignações em favor da Concessão e/ou Terceiros	24	19
Participações nos lucros	-	436
Total	2.171	2.446

5.19. Tributos

	2022	2021
Tributos Federais	664	1.300
Tributos Estaduais	1.390	5.373
Contribuições Sociais	421	373
Tributos retidos na fonte	2	3
Total	2.477	7.049

Cofins/Pasep: A tributação nas receitas é pela não cumulatividade e está sujeita as alíquotas de 7,60% e 1,65%

5.20. Provisão para litígios

A Administração, com base em informações de sua Divisão Jurídica, e análise das demandas judiciais, constitui provisões para 2021 consideradas como “prováveis”.

Descrição	2022		2021	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
Cíveis	-	-	35	-
Total	-	-	35	-

Provisões para processos cíveis, fiscais, trabalhistas:

Cíveis: A Companhia possui 77 processos cíveis que tramitam em Juizados Especiais, os quais em sua grande maioria referem-se a pleitos de danos materiais e morais, assim como ressarcimento de valores pagos por consumidores. Considerando seus riscos como “possíveis” os valores somam aproximadamente R\$ 867.

Trabalhistas: Composto por reclamações ajuizadas por empregados e ex-empregados, com pedidos que variam entre verbas rescisórias, horas extras, periculosidade, equiparação e/ou reenquadramento, entre outros. Considerado como risco “possível” a Companhia conta com apenas um processo estimado no valor de R\$ 344.

5.21. Encargos Setoriais

	2022	2021
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	34	48
Ministério das Minas e Energia – MME	17	24
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	2.082	1.757
Programa de Eficiência Energética – PEE	1.382	1.014
Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica – PROCEL	167	228
Taxa de Fiscalização	10	9
Demais encargos setoriais – empréstimo Covid	1.705	-
Total	5.397	3.080

5.22. Passivos regulatórios

Correspondem às variações negativas de custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios, ocorridas no período entre reajustes tarifários e/ou revisões periódicas, de modo a permitir maior neutralidade no repasse dessas variações para as tarifas.

	2022	2021
CVA - PROINFA (constituição e amortização)	3	-
Transporte de Energia Elétrica – Itaipu	103	146
Transporte de Energia – Rede Básica	16	-
CVA - Conta de Desenv. Energético CDE (constituição e amortização)	17	856
Neutralidade Parcela A	-	596
Encargos de Serviços do Sistema – ESS/ERR	540	-
Diferimentos de Reposição Tarifária	2.241	5.438
Reversão Risco Hidrológico	-	2.664
Diferimento Potência contratada Itaipú	1.846	1.266
Total	4.766	10.966

5.23. Outros passivos circulantes

	2022	2021
Consumidores	408	272
Taxa de Iluminação Pública	880	793
Taxa do Lixo	220	178
Outros credores	105	288
Total	1.613	1.531

5.24. Outros passivos não circulantes

Os valores são referentes a créditos de Pis/Pasep/Cofins decorrentes da exclusão do ICMS das bases de cálculo, conforme processo judicial nº 5007604-60.2019.4.04.7000/PR, com trânsito em julgado em 20/09/2021. Em razão do trânsito em julgado da ação, por meio do Processo Administrativo de Habilitação do Crédito nº 19614.762583/2022-90 houve a habilitação no valor de R\$ 16.836.947,10 e por meio do Processo Administrativo de Habilitação do Crédito nº 19614.762584/2022-34 houve a habilitação no valor de R\$ 74.531.053,36 com atualização até junho/2022, totalizando o montante de R\$ 91.367.900,46.

Tais valores foram contabilizados no ativo em contrapartida do passivo, em razão de que no âmbito regulatório o tema foi motivo de intervenção da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL visto que a mesma considerou que os valores, resultado do sucesso da ação, devem ser devolvidos ao consumidor. Nesse sentido, em 27 de junho de 2022 foi sancionada a Lei 14.385/22 que alterou a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para disciplinar a devolução de valores de tributos recolhidos a maior pelas prestadoras do serviço público de distribuição de energia elétrica e estabeleceu a devolução dos referidos impostos aos consumidores.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

5.25. Capital Social

	2022	2021
Prefeitura Municipal de Campo Largo	49.805	49.805
Demais Acionistas	195	195
Total	50.000	50.000

O Capital Social, totalmente integralizado, é representado por 500.000.000 de ações ordinárias, sem valor nominal, estando assim constituído:

	2022	2021
Prefeitura Municipal de Campo Largo	498.068.997	498.068.997
Demais Acionistas	1.931.003	1.931.003
Total	500.000.000	500.000.000

5.26. Destinações do Lucro

A reserva de retenção de lucros é constituída com parte dos lucros do exercício, para dar suporte ao programa de investimento da companhia, que será efetuada com Capital Próprio por deliberação da Assembleia Geral. A reserva legal, de constituição obrigatória de 5% do lucro líquido do exercício, é limitada a 20% do Capital Social.

A destinação dos resultados apurados nos exercícios está apresentada a seguir:

	2022	2021
Resultado do exercício Prejuízo	(4.294)	2.232
(-) Reserva legal 5%	-	(112)
Resultado a distribuir	(4.294)	2.120
Destinação dos resultados		
Juros sobre capital próprio	-	(900)
Reserva estatutária para investimento	-	(1.220)
	-	(2.120)

O artigo 9º da Lei nº 9.249 de 26 de dezembro de 1995, permitiu a dedutibilidade para fins de cálculo do imposto de renda e da contribuição social, do valor dos juros sobre o capital próprio que serão pagos aos acionistas, calculados com base na variação da taxa de juros de longo prazo (TJLP). A concessionária optou por pagar juros sobre o capital próprio, em substituição aos dividendos, como distribuição de lucros do exercício no montante de R\$ 900, e reter o remanescente do lucro líquido como reserva de retenção de lucros, de modo a assegurar a realização do programa de investimento a ser realizado no ano seguinte, suportado pelo orçamento anual. Em conformidade com o Estatuto Social da Companhia, é assegurado aos acionistas um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado de acordo com a Lei das Sociedades Anônimas. A remuneração dos acionistas está assim demonstrada:

5.27. Seguros

Os principais ativos em serviço da empresa estão segurados, a especificação por modalidade de risco e data de vigência estão demonstradas a seguir:

Bem Segurado	Risco	Data da Vigência	Valor segurado
Sede Social	Incêndio, Queda de Raio, Explosão.	27/04/2022 a 26/04/2023	1.000
Almoxarifado	Incêndio, Queda de Raio, Explosão.	06/04/2022 a 05/04/2023	3.000
Centro de treinamento	Incêndio, Queda de Raio, Explosão.	06/04/2022 a 05/04/2023	200
Veículos	Casco / Danos Corporais / Morte / Invalidez	14/06/2022 a 13/06/2023	V. Mercado
Seguro garantia	Inadimplência de pagamento	11/12/2020 a 31/12/2022	1.481

5.28. Instrumentos Financeiros

Até 31 de dezembro de 2022, a Companhia não realizou nenhuma operação com derivativos, bem como não manteve operações financeiras objetivando a proteção dos riscos de perdas com flutuações nas taxas de juros e de câmbios, tendo em vista a inexistência de empréstimos e financiamentos com taxas pós-fixadas e/ou vinculados à moeda estrangeira. Os valores de mercado estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados para produzir a estimativa mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias pode ter um efeito material nos valores estimados. A administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

- **Disponibilidades e aplicações financeiras:** Os saldos em conta corrente e aplicações financeiras mantidas em bancos têm seus valores de mercado próximos aos saldos contábeis.
- **Consumidores, Concessionários e Permissionários:** O saldo de contas a receber tem seus valores de mercado próximos aos saldos contábeis pela sua natureza de curto prazo.
- **Gerenciamento de riscos:** Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio da Companhia podem ser considerados como: a) Risco de crédito: são administrados por normas específicas de aceitação de clientes análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente; b) Concentração de risco de créditos: como aproximadamente 2/3 das vendas de energia são efetuadas a um grande número de consumidores que representam mais de 90% de seu universo, o risco de crédito por esse fato se torna minimizado, além do acompanhamento das inadimplências verificadas nas diversas classes de consumidores, suspendendo seu fornecimento, decorrente de atrasos superiores aos regulamentares.

5.29. RECEITA OPERACIONAL

• Fornecimento de Energia Elétrica e outros

Classes	Nº consumidores (valores não auditados)		Consumo em MWh (valores não auditados)		Valor – R\$ (mil)	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Fornecimento faturado						
Residencial	50.081	48.980	94.605	91.854	72.376	85.443
Industrial	343	368	36.847	45.063	26.841	35.310
Comercial	3.746	3.602	39.256	36.347	30.448	32.719
Rural	1.700	1.760	6.369	6.778	4.175	4.850
Poder Público	320	319	3.672	3.092	2.910	2.809
Iluminação Pública	1	1	12.221	12.256	5.712	7.243
Serviço Público	64	65	7.074	6.405	4.983	4.891
Consumo Próprio	3	3	133	128	-	-
Total Energia faturada	56.258	55.098	200.177	201.923	147.445	173.265
Não faturado	-	-	-	-	1.208	138
Disponibilização do Sistema de Distribuição – Consum. Livres (nota 1)	21	19	147.211	147.313	41.036	39.620
Receita de Construção	-	-	-	-	9.191	8.091
Doações, Contrib. Subvenções Vinculadas ao Serv. Concedido	-	-	-	-	16.722	2.841
Outras Receitas	-	-	-	-	6.931	5.793
Ativos e Passivos Regulatórios	-	-	-	-	(7.912)	13.871
Soma	21	19	147.211	147.313	67.176	70.354
TOTAL	56.279	55.117	347.388	349.236	214.621	243.619

• Receita de Construção e Custo de Construção

Estabelecido pela ICPC 01 / IFRIC 12, onde a concessionária de energia elétrica deve mensurar e registrar a receita dos serviços prestados de acordo com os CPC 17/IAS 11 dos Contratos de Concessão e CPC/IAS 18, IFRIC 13 E SIC 31.

A Companhia contabiliza a receita e o custo de construção relativa a serviços de construção da infraestrutura utilizada na prestação de serviços de distribuição de energia elétrica conforme estágio de execução.

Nota 1: Desde o ano de 2016, vinte e um consumidores industriais e comerciais de média tensão abaixo de 13,8 kV pertencentes ao grupo de consumo A4, migraram para o mercado livre. A partir daí a remuneração passou a ser cobrada somente sobre a rede de distribuição utilizada por estes consumidores. O valor demonstrado no quadro acima de 147.211 MWh refere-se ao consumo dos Consumidores Livres junto a outras distribuidoras e/ou geradoras por eles contratados.

• Ativos e Passivos Regulatórios

	2022	2021
CVA Ativa e Passiva		
- Em constituição	2.797	15.026
- Em Amortização	(10.709)	(1.155)
Total	(7.912)	13.871

Ativos e Passivos regulatórios – valores de Compensação da Variação dos Custos da Parcela “A” – CVA – Valores contabilizados em contrapartida com as contas citadas nos itens 5.8 e 5.22.

- **Doações, Contribuições e Subvenções Vinculadas ao Serviço Concedido**

	2022	2021
Subsídios Baixa Renda	1.321	1.322
Subsídios s/descontos nas tarifas do Serviço Público/Rural	483	801
Subsídios Carga fonte incentivada – consumidor livre	1.650	718
Subvenção CDE s/ redução nas tarifas	8.759	-
Bônus de redução voluntária	1.202	-
Recursos CDE Eletrobrás	3.307	-
Total	16.722	2.841

Subsídios tarifários – Receita reconhecida em decorrência dos subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos consumidores do serviço público de distribuição de energia elétrica, incluso subsídios de baixa renda, que são repassados pela Eletrobrás.

- **Outras Receitas**

	2022	2021
Renda Prestação de Serviços – Compartilhamento de infraestrutura	4.380	3.918
Serviço Taxado	965	635
Serviços Prestados na Manutenção da Iluminação Pública	1.902	1.596
Ganhos na Alienação de bens e direitos	164	-
Outros	95	162
(-) Tributos s/outras Receitas – PIS/Pasep/Cofins	(575)	(518)
Total	6.931	5.793

5.30. Deduções da Receita Operacional

- **Encargos Setoriais - Encargos do consumidor**

	2022	2021
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	27.418	17.123
Bandeiras tarifárias	2.649	(154)
Taxa de fiscalização	116	106
Programa de Pesquisa e Desenv. – P&D e Eficiência Energética - PEE	1.046	1.282
Encargo de Energia de Reserva – ESS/ERR	2.970	580
Total	34.199	18.937

- **Programas de Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética**

	2022	2021
Programa de Eficiência Energética – PEE	418	514
Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica - PROCEL	105	128
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	209	256
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	209	256
Ministério de Minas e Energia - MME	105	128
Total	1.046	1.282

Os Programas de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e de Eficiência Energética (PEE) são programas de investimentos nos quais as concessionárias estão obrigadas a destinar 1% de sua receita operacional líquida, conforme Lei nº 9991/2000 e regulamentações nas Resoluções ANEEL nº 300/2008 e 316/2008.

- **PROCEL**

A Lei nº 13.280, de 3 de maio de 2016, alterou a Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, para disciplinar a aplicação dos recursos destinados a programas de eficiência energética. Segundo a Lei nº 13.280/2016, 20% dos recursos para eficiência energética serão destinados ao Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica – PROCEL, instituído pela Portaria Interministerial nº 1.877, de 30 de dezembro de 1985, e ratificado pelo Decreto de 18 de julho de 1991. A Resolução Normativa ANEEL nº 737, de 27 de agosto de 2016, aprovou o Sub módulo 5.6: Pesquisa e Desenvolvimento – P&D e Eficiência Energética – EE dos Procedimentos de Regulação Tarifária – PRORET, que regulamenta o cálculo dos valores a investir em P&D, EE, a recolher ao Fundo de Desenvolvimento Científico e

Tecnológico – FNDCT, ao Ministério de Minas e Energia – MME e ao Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica – PROCEL. Os valores foram provisionados no Passivo Circulante e aguardamos a aprovação do terceiro Plano de Aplicação de Recursos pelo Comitê Gestor de Eficiência Energética – CGEE, presidido pelo MME, para que possamos providenciar o recolhimento.

5.31. Custos com energia elétrica comprada para revenda

	Em MWh (valores não auditados)		em R\$ (mil)	
	2022	2021	2022	2021
Compra de Energia – Leilão	222.230	224.191	52.023	78.220
Encargos do Uso da Rede Elétrica	-	-	31.404	28.353
PROINFRA	-	-	4.765	3.032
Bolha financeira – Resolução 243/06	-	-	-	-
Micro geração – baixa tensão	3.673	1.306	1.887	808
Crédito COFINS / PASEP/PIS	-	-	(8.330)	(10.198)
Total	225.903	225.497	81.749	100.215

5.32. Despesas Operacionais – Custos gerenciáveis

Naturezas	2022	2021
Pessoal	17.780	16.149
Administradores	1.956	1.740
Material	2.125	1.746
Serviço de terceiros	8.137	6.894
Arrendamento e alugueis	271	257
Seguros	52	59
Doações, contribuições e subvenções.	81	180
Provisões	124	110
(-) Recuperação de despesas	(374)	(254)
Tributos	80	40
Depreciação/Amortização	3.611	3.359
Custo com construção	9.191	8.091
Gastos diversos	1.757	685
	44.791	39.056

6. Participação nos Resultados.

Em 1999 a Companhia implantou o programa de participação dos empregados nos lucros ou resultados baseados em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas. A empresa não constituiu provisão para pagamento de participações nos lucros do exercício de 2022 em função do prejuízo contábil.

7. Ajuste a Valor Presente

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 12, a Companhia analisa suas contas de ativos e passivos que serão sujeitas a liquidação financeira frente a questões relacionadas a valores realizáveis no futuro, prazo de liquidação, vencimento e possíveis taxas de desconto, com o objetivo de apurar o efetivo montante de realização ou liquidação por conta da desvalorização no tempo e incertezas associadas. Quando aplicável e relevante efetua-se a redução contábil do respectivo ativo ou passivo, efetuando a apropriação do ganho financeiro de acordo com a fruição do tempo.



8. Demonstração do Resultado Segregado por Atividade

Todos os valores contidos no Balanço Patrimonial referem-se única e exclusivamente às atividades de distribuição de energia elétrica, tendo em vista que a concessionária é uma Companhia eminentemente distribuidora de energia, atendendo somente o Município de Campo Largo e ainda não possuindo nenhuma atividade atípica.

9. Eventos Subsequentes

A ANEEL definiu a aplicação da Bandeira de Escassez hídrica a partir do mês de setembro/21 para até o mês de abril/2022, resultado de análises do cenário hidrológico do país.

Campo Largo, 31 de dezembro de 2022.

José Arlindo Lemos Chemin
Diretor Presidente

Carlos Conrado Krzyzanovski
Diretor Técnico

Pedro Luiz Durigan
Diretor Econômico/Financeiro

Nelson Chagas
Diretor Administrativo

Luciano Marcos Klos
Contador CRC/PR 027.658/O-8

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia Campolarguense de Energia- COCEL, dando cumprimento às disposições legais e estatutárias, além de terem acompanhado através de balancetes trimestrais a gestão econômico-financeira da referida empresa, examinaram as Demonstrações Contábeis, compreendendo o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração do Valor Adicionado, Demonstração do Fluxo de Caixa, as Notas Explicativas, o Relatório da Administração e o Parecer dos Auditores Independentes relativos ao ano de 2022, são de parecer que refletem com propriedade a situação patrimonial e financeira da Companhia, bem como o resultado de suas operações, estando assim, tais documentos em condições de serem submetidos à apreciação e consequente aprovação pelos senhores Acionistas.

Campo Largo, 25 de abril de 2022.

Barbara Lunardon
Presidente

Adinan Cardozo
Conselheiro

Leonir Batista Ferraz
Conselheiro

Simone do Rocio Chaves
Conselheira

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Companhia Campolarguense de Energia – COCEL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 9º- do Estatuto Social da Companhia e tendo como base os termos dos pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, decidem aprovar as Demonstrações Contábeis previstas no artigo 176 das sociedades por Ações, referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, submetendo-os à deliberação final da Assembleia Geral.

Campo Largo, 25 de abril de 2022.

Fledinei Borges Licheski
Presidente

Marina Pusch de Oliveira
Conselheira

Adão Natalino da Silva Junior
Conselheiro

Paulo Henrique Bianco
Conselheiro

Alexandre Luis Seguro
Conselheiro

Ediane Cristina Cavanhi Boni
Conselheira

Carlos Alberto de Brito Junior
Conselheiro

Cassieli Muiniki
Conselheira

Patricia Soares Rinaldin
Conselheira

Anderson Citero
Conselheiro

José Peterson Vidal
Conselheiro